



TCE EM PAUTA

ANO XXI – Nº 113

NATAL/RN

DEZEMBRO DE 2017

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935

 @TCE_RN

CONSELHEIROS DEFINEM EM GOIÂNIA ESTRATÉGIAS PARA O FUTURO

PÁGINAS 06 e 07



CELEBRAÇÃO

ASSEMBLEIA FAZ HOMENAGEM
NOS 60 ANOS DO TRIBUNAL

PÁG. 3



LICITA FÁCIL

SEBRAE E TCE LANÇAM PORTAL
PARA AJUDAR MICROEMPRESÁRIOS

PÁG. 10



RECOMEÇO

Emoção e alegria marcaram a despedida de Albanízia Carvalho da lista dos servidores ativos do TCE. Funcionária das mais antigas, entrou como estagiária na Corte e galgou vários espaços, inclusive de chefias. Presidiu a Associação dos Servidores e uma das suas marcas registradas foi a disposição para ajudar o outro. Aposentadoria para ela não é o fim, mas um novo começo.



CONTAS DO GOVERNO

O Pleno do Tribunal de Contas emitiu parecer prévio desaprovando as contas do governo relativas a 1016, em processo relatado pela conselheira Adélia Sales e acatado à unanimidade. De acordo com o relatório, foram cometidas várias irregularidades, incorrendo em crime de responsabilidade e improbidade administrativa. O parecer prévio tem caráter opinativo e segue para a Assembleia Legislativa, a quem cabe reprová-las ou aprová-las.

CORRUPÇÃO

Balanço divulgado pela Controladoria-Geral da União agora em dezembro mostrou que, em 2017, o Governo demitiu 431 servidores por “prática de atos relacionados à corrupção”. O documento destaca que no âmbito de 60 operações especiais — realizadas em parceria com a Polícia Federal e a Procuradoria — foi evitado prejuízo aos cofres públicos estimado em R\$ 411 milhões.

NATAL

O Sindicontas/RN vai realizar a tradicional confraternização Natalina 2017 dia 19 de dezembro, na Versailles, Cidade Jardim.

LEITURA

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Valdecir Pascoal lançou em Natal, o livro “Uma nova primavera para os Tribunais de Contas”, com artigos, discursos e entrevistas publicadas entre 2009 e 2017, abordando temas como responsabilidade fiscal, gestão pública, combate à corrupção, transparência, lei da ficha limpa, educação e a crise institucional nos Tribunais de Contas, esta última sob a ótica de que é preciso aprimorá-los continuamente — fazer primavera —, em vez de enfraquecê-los.



* Conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco, Valdecir Pascoal é natural de Luiz Gomes, no Rio Grande do Norte.

TCE EM PAUTA

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

Tarcísio Costa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO CORREGEDOR

Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO OUVIDOR

Renato Costa Dias

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA

DE CONTAS PROFESSOR SEVERINO

LOPES DE OLIVEIRA

Paulo Roberto Chaves Alves

AUDITORES

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Ana Paula de Oliveira Gomes

Antonio Ed Souza Santana

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL

Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

Anne Emilia Costa Carvalho

CONSULTORA JURÍDICA

Andréa da Silveira Lima Rodrigues

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Diego Antônio Diniz Lima

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

PROCURADOR-GERAL

Ricart César Coelho dos Santos

PROCURADORES

Luciano Silva Costa Ramos

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Viktor Marcio Bruno Vidal

EDITOR

Eugênio Parcelle da Silva

REPORTAGEM

Isaac Lira

PRODUÇÃO

Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO

Maurício Marcelo | Tikinet

DIAGRAMAÇÃO

Karina Vizeu Winkaler | Tikinet

FOTOGRAFIAS

Jorge Filho

IMPRESSÃO

Tavares&Tavares Empreendimentos Comerciais Ltda

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis – Natal/RN

CEP 59.012-360 | Telefone: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: ascomtce@tce.rn.gov.br

Facebook.com/tcedorn | Twitter: TCE_RN

Assembleia presta homenagem ao TCE

“Fazer mais, com menos”. Este é um dos principais desafios enfrentados pelo Tribunal de Contas, segundo relatou o presidente, conselheiro Gilberto Jales, na sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa em homenagem aos 60 anos de atuação da corte no Rio Grande do Norte.

A solenidade, proposta pelo deputado George Soares, constou de discursos e entrega de placas homenageando personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da instituição. A cerimônia foi iniciada com George Soares destacando um pouco da trajetória do TCE, órgão criado pelo governador Dinarte Mariz em 20 de novembro de 1957. “O TCE é um sessentão brioso, honrado e digno, que vem exercendo com correição, objetividade e pertinência o seu papel”, ressaltou.

E foi neste aspecto que o conselheiro Gilberto Jales ancorou o seu discurso, lembrando sobretudo das mudanças que vem ocorrendo no TCE, sobretudo depois da aprovação da Lei Orgânica e do Regimento Interno, o que resultou na criação

da Secretaria de Controle Externo e definição de normas para acompanhamento das contas do governo, contas de gestão, atuação concomitante, fiscalizações especiais, atuação em atos de pessoal e outros. Passou-se a trabalhar tendo como critérios o tripé: risco, materialidade e relevância, apresentando-se, a partir desta metodologia, vários resultados significativos.

Ressalte-se: tudo feito com uma equipe enxuta e com um orçamento que é o menor do país. “Agora, nossa obrigação é de construir o Tribunal para os próximos 60 anos”, disse, destacando o comprometimento e o esforço de todos para apresentar cada vez mais resultados, colaborando assim para uma gestão pública mais eficaz e eficiente, com o monitoramento da execução orçamentária gerando melhores políticas públicas em áreas como saúde, educação, segurança e outros de interesse de toda a sociedade.

Mas a construção do futuro teve uma base, e foi para estas personalidades que foi entregue placas



Presente desde o início, o conselheiro aposentado Manoel de Brito relembrou fatos marcantes

comemorativas, como uma forma de agradecimento ao trabalho realizado. O deputado George Soares entregou uma placa ao presidente Gilberto Jales em homenagem ao TCE, e logo em seguida os deputados presentes na sessão fizeram a entrega aos ex-conselheiros Alcimar Torquato, Antônio Câmara, Getúlio Nóbrega, Haroldo Bezerra, Valério Mesquita e Manoel de Medeiros Brito. Também foram homenageados os auditores Aécio Emerenciano

e Cláudio Emerenciano, o procurador Francisco de Assis Dantas Barreto (*In Memoriam*) e, representando os servidores, Maria Albanizia da Silva Carvalho.

A solenidade foi encerrada com o ex-conselheiro Manoel de Medeiros Brito agradecendo, em nome de todos os homenageados, pela comenda recebida, lembrando os passos iniciais de uma instituição que, a cada ano que passa, se faz mais forte.



Solenidade homenageou conselheiros e procuradores aposentados e servidores que fizeram a história do Tribunal



Conselheiros reconhecem o trabalho realizado por personalidades no Estado

Honra ao mérito

Em meio a celebração dos 60 anos de fundação, o Tribunal de Contas do Estado abriu suas portas na manhã de sexta-feira (1) para homenagear personalidades que deram relevantes contribuições para o desenvolvimento do Estado, destacando com a Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz os feitos realizados. Além da comenda, entregue entre discursos que enfatizaram o combate incessante a corrupção e a esperança no futuro, foi feito o lançamento de mais uma edição da Revista do TCE, que aborda a História da Corte de Contas.

A solenidade foi iniciada com o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, destacando a importância do evento, momento em que o Tribunal faz suas homenagens a cidadãos, reconhecendo o trabalho realizado nos campos cultural, político, jurídico, administrativo e técnico-científico ao longo de suas trajetórias de vida, fazendo a diferença na sociedade. Estiveram presentes o prefeito em exercício, Álvaro Dias; o presidente em exercício do Tribunal de Justiça do RN, desembargador Gilson Barbosa; os senadores Garibaldi Alves e José Agripino; a secretária estadual de Comunicação, Juliska Azevedo, representando o governador Robinson Faria; a prefeita de Mossoró, Rosalba Ciarlini, representando a Federação dos Municípios do RN; entre outras autoridades.

Este ano, foram agraciadas as seguintes personalidades: Antônio Renato Alves Rainha, conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal; Arnaldo Arsênio de Azevedo (*In Memoriam*), professor e ex-secretário de educação; Carlos José Cavalcanti de Lima, engenheiro e membro fundador do Marcco; Fernando Viana Nobre (*In Memoriam*), engenheiro agrônomo e professor; George Montenegro Soares, deputado estadual; Gustavo Dias da Silva Neto, João Batista Rodrigues Rebouças, desembargador; José Madson Vidal da Costa, médico anesthesiologista, fundador da Amico, instituição que atende crianças cardiopatas; Robson Maia Lins, jurista e professor; Stenio Gomes da Silveira, médico e Wanderley Franco Sampaio, auditor fiscal do município de Natal.

Falando em nome do TCE, o auditor Antônio Ed Souza Santana lembrou que, nesse ano, havia ainda um encanto especial: a comemoração do sexagésimo aniversário da Corte de Contas, celebrado em um contexto de crise e também de grande oportunidade, “em que se coloca cada vez mais em evidência a prioridade que precisa ser dada à prevenção e ao combate à corrupção como uma verdadeira trilha a ser perseguida pela sociedade brasileira no caminho para o desenvolvimento humano, para oferta de melhores condições de vida para todos os brasileiros”.

O auditor lembrou os vários problemas que assolam o Brasil, entre os quais destacou a baixa qualidade da educação e dos serviços públicos em geral, graves problemas de infraestrutura e altos níveis de desemprego, entre outros. “Não há estudos científicos capazes de demonstrar com precisão o tamanho do prejuízo causado pela corrupção por um lado e pela ineficiência por outro. Entretanto, há uma série de estimativas que apontam para desvios da ordem de R\$ 100 a R\$ 200 bilhões por ano, a exemplo dos números apresentados, respectivamente, pela FIESP e por parte dos que atuaram na Operação Lava Jato”, ressaltou.

“O fato é que quanto menores os níveis de corrupção, melhor tende a ser eficiência na gestão e na alocação dos recursos públicos, em benefício da sociedade”, enfatizou, lembrando que muitos estudos apontam o enfrentamento da corrupção como um processo indutor de melhores níveis de eficiência na aplicação dos recursos públicos, como pode ser observado em trabalho publicado pelo IPEA em 2013 acerca do impacto da corrupção sobre a eficiência das políticas públicas de saúde e educação. “A comunidade internacional vem cada vez mais dando ênfase à necessidade de se adotar uma postura de tolerância zero à corrupção”, relatou, defendendo a construção de estratégias focadas na prevenção e no combate

à corrupção como alternativa para o desenvolvimento humano no Brasil.

Logo após a entrega das medalhas pelos conselheiros e auditores propositores, o professor Robson Maia fez o discurso de agradecimento, em nome de todos os homenageados. “Vivemos tempos difíceis, certamente. No domínio das contas públicas, dados os recentes infortúnios atravessados por nosso País e nossa economia, a escassez se mostra cada vez mais aparente e agride. No entanto, esse não é momento para cair em desesperança! Muito ao contrário, com a escassez vem a clareza. É em momentos como esse, em que as faltas nas contas públicas mais doem em toda a sociedade, que mais precisamos do trabalho de nossas instituições”, destacou, lembrando da importância da atuação das cortes de contas em todo o País.

No final, foi feito o lançamento da Revista do TCE, especial 60 anos, publicação feita com a colaboração de vários articulistas do tribunal, com artigos que remetem a história e também a atuação da corte de contas nas mais diversas vertentes. O impresso foi presenteado as autoridades e posteriormente será distribuída para os gestores municipais e encaminhada para os tribunais de contas do País e bibliotecas das universidades no Estado. A programação contou com apresentação do Coral Canto de Contas.

MPC assina recomendação conjunta orientando sobre uso de recursos

O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Ricart César Coelho, participou da assinatura de uma recomendação conjunta, com o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado (MPE/RN), destinada a prefeitos da área de atuação da Procuradoria da República em Natal. O documento traz orientações quanto ao recebimento de recursos atrasados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), obtidos através de decisões judiciais.

A orientação é para que esse dinheiro não seja utilizado em áreas alheias à educação, nem mesmo para o pagamento de honorários advocatícios. Uma das preocupações dos representantes ministeriais

é exatamente a informação de que escritórios de advocacia, que ingressaram com as ações em nome das prefeituras, estariam ficando com uma parcela dos recursos obtidos judicialmente, o que é ilegal e inconstitucional em se tratando de Fundef.

Participaram da assinatura o procurador da República Victor Mariz (pelo MPF), a promotora de Justiça Fladjá Souza (MP/RN) e o procurador-geral do MPC/RN, Ricart César Coelho. Pelo menos 47 municípios potiguares já ingressaram com ações requerendo esse dinheiro e a informação é que, até novembro, nove haviam recebido. Os que são destinatários da recomendação terão 30 dias para informar como procederam ou como estão procedendo para obter essa complementação, se foram

contratados escritórios e o que foi feito com os recursos.

Débito - Os valores fazem parte de uma dívida que a União tem para com vários municípios do Brasil, por ter repassado menos recursos do que deveria a título de Fundef, entre os anos de 1998 e 2007. Nesse período o valor mínimo anual por aluno (VMAA), enviado às prefeituras, ficou abaixo do previsto em lei. O reconhecimento do débito se deu a partir de uma ação civil pública ajuizada pelo MPF em São Paulo e cuja sentença já transitou em julgado.

A partir dessa decisão, muitos municípios ingressaram com o pedido para reaver os valores que o Governo Federal deixou de repassar. Porém, como poucos contam com procuradoria própria, vários

ingressaram na Justiça a convite de escritórios de advocacia, assinando contratos diretos que preveem o recolhimento de uma parcela do dinheiro obtido (normalmente 20%), a título de honorários.

O MPF, no entanto, alerta que tais escritórios não podem receber nenhuma parcela desse dinheiro, tendo em vista que o Fundef se destina exclusivamente a investimentos em educação. Uma alternativa para aqueles municípios que não contam com procuradoria - segundo os representantes do Ministério Público - seria a realização de processo licitatório para definir o escritório que iria ingressar com a ação, o que em geral não ocorreu.

Além de não poder destinar recursos do Fundef para o pagamento de honorários, a recomendação destaca que as prefeituras não poderiam ter assinados os contratos com os escritórios tendo como base a regra de "inexigibilidade de licitação"; bem como os municípios não têm amparo legal, neste caso, para assinar "contratos de risco" que vinculam a remuneração do contratado ao crédito obtido.

Diálogo - Convidado a acompanhar a assinatura, o presidente da Federação dos Municípios do RN (Femurn), Benes Leocádio, recebeu uma cópia do documento e elogiou o caráter preventivo da iniciativa, tendo em vista que muitos prefeitos ainda não tiveram acesso aos recursos. Ele ressaltou, porém, as dificuldades financeiras das prefeituras, inclusive para nomear procuradores ou mesmo contratar, via licitação, os escritórios de contabilidade.

Benes Leocádio destacou a importância do diálogo entre representantes do Ministério Público e os gestores municipais, até mesmo no esclarecimento das dúvidas sobre a utilização de recursos como esses do Fundef que vêm sendo pagos atualmente.



O procurador geral do MPC, Ricart César Coelho, no momento da assinatura conjunta

Carta de Goiânia

reforça compromisso com o aprimoramento dos TCs

A leitura da “Carta de Goiânia” selou o encerramento do XXIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em Goiânia. O documento reúne uma série de compromissos assumidos pelos Tribunais de Contas do Brasil como resultado dos debates e trabalhos do Congresso, em especial na busca do aprimoramento do controle externo brasileiro.

Na carta, os Tribunais de Contas afirmaram que vão “envidar todos os esforços junto ao Congresso

Nacional para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 22/2017”, encarada como a principal resposta à crise institucional. A PEC 22/2017 reforma os Tribunais de Contas a partir da criação de um Conselho Nacional, de mudanças nas regras de composição dos colegiados e a edição de uma Lei Nacional do Processo de Controle Externo. Ainda no campo legislativo, se comprometeram a desenvolver ações de apoio à aprovação da PEC nº 10/2013, que trata do fim do foro privilegiado.

Também manifestaram repúdio à extinção do TCM-CE, “reiterando a oposição a novas tentativas de extinção e/ou de criação de Tribunais de Contas e reafirmando a defesa da aprovação das PECs 2/2017 (Senado) e 302A (Câmara)”.

No documento, os Tribunais de Contas afirmaram ainda que vão atuar junto ao Supremo Tribunal Federal para reverter a decisão que comprometeu a eficácia da Lei da Ficha Limpa, ao retirar dos Tribunais de Contas a competência para

julgamento de contas de gestão de prefeitos ordenadores de despesas.

A fiscalização da educação pública também teve espaço na carta. Na declaração, os Tribunais se comprometeram a “estimular o controle social das políticas públicas relativas à educação, por meio da divulgação, nos portais dos Tribunais de Contas, dos resultados do monitoramento do PNE realizado através do software TC Educa.”

Veja a íntegra da Carta de Goiânia.



Documento traduz diretrizes para o futuro dos Tribunais de Contas

DECLARAÇÃO DE GOIÂNIA

“Controle externo: aprimoramento na adversidade”

Os Tribunais de Contas do Brasil, reunidos no XXIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, ocorrido em Goiânia/GO no período 22 a 24 de novembro de 2017, após refletirem sobre temas relativos à atual conjuntura do país e ao papel das nossas instituições no processo de aprimoramento da democracia e dos valores republicanos, tornam públicas as seguintes avaliações e propostas:

A crise político-institucional, vivenciada no Brasil, caracteriza-se pelo desprezo aos valores éticos e republicanos, o que deu guarida à prática sistemática de atos de corrupção com relevantes perdas para o país.

O enfrentamento desses graves problemas deve ser realizado mediante esforço conjunto de toda a sociedade e dos poderes públicos constituídos, incluindo os atores responsáveis pelo controle institucional da gestão, que devem se aprimorar para alcançar, de maneira mais efetiva, os resultados que a sociedade reclama.

O risco de retrocesso do controle externo exige a intensificação do protagonismo dos Tribunais de Contas no seu processo de aprimoramento institucional. É imperiosa a conveniência de ser implementado um modelo de gestão que incentive e promova a participação da população no desenho, execução e controle de políticas públicas.

Os Tribunais de Contas devem aprimorar sua capacidade institucional de interagir e se deixar permear pela vontade manifestada pelos diversos atores sociais. O fortalecimento das instituições de controle pressupõe sejam melhor aparelhadas para cumprir suas funções, sendo imprescindível o aperfeiçoamento do seu marco constitucional. Nesse sentido, cumpre papel fundamental a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 22/2017, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, com base em sugestão apresentada pela Atricon, o que exige a congregação de esforços de todo o sistema.

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal, ao comprometer os reflexos eleitorais do julgamento das contas de gestão dos Chefes do Poder Executivo pelos Tribunais de Contas, mitiga fortemente a efetividade da Lei da Ficha Limpa, fragiliza o sistema de responsabilização dos agentes públicos e aumenta a impunidade.

É absoluta a prioridade assegurada pela Constituição Federal ao direito à educação de crianças, adolescentes e jovens, bem como a relevância e o papel estratégico das políticas públicas nessa área para a construção de uma nação democrática, igualitária e justa, condições essenciais para a cidadania plena.

É imperativo fomentar e aplicar a atividade de inteligência no Controle Externo por parte dos Tribunais de Contas, como ferramenta no combate à corrupção. Resolvem:

- a) Participar ativamente do processo legislativo que afeta as atividades do controle externo, com ênfase na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 22/2017, que contempla a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC), da Câmara de Uniformização de Jurisprudência, a instituição da Lei Nacional do Processo de Controle Externo e propõe um novo modelo de composição dos seus colegiados.
- b) Desenvolver ações de apoio à aprovação da PEC nº 10/2013, que trata do fim do foro privilegiado como instrumento de combate à corrupção.
- c) Atuar junto ao Supremo Tribunal Federal para reverter a decisão que comprometeu os reflexos eleitorais do julgamento das contas de gestão dos Chefes do Poder Executivo pelos Tribunais de Contas.
- d) Promover a integração com o Poder Judiciário, o que pode ser feito por meio da divulgação do Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas e de outras iniciativas.
- e) Repudiar veementemente a extinção do TCM-CE, reiterando a oposição a novas tentativas de extinção e/ou de criação de Tribunais de Contas e reafirmando a defesa da aprovação das PECs 2/2017 (Senado) e 302A (Câmara);
- f) Ratificar as conclusões do Grupo de Trabalho Atricon-IRB, em especial a realização de monitoramento das metas do PNE, mediante a utilização do software TC educa, com expedição de alertas aos entes federativos que estejam em situação de risco de descumprimento.
- g) Estimular o controle social das políticas públicas relativas à educação, por meio da divulgação, nos portais dos Tribunais de Contas, dos resultados do monitoramento do PNE realizado através do software TC educa.
- h) Estimular a adoção das melhores práticas de comunicação, com ênfase no emprego intensivo de mídias digitais por parte dos Tribunais de Contas.
- i) Realizar e divulgar, por meio da Rede Infocontas, os resultados dos trabalhos conjuntos dos Tribunais de Contas com as demais instituições públicas.
- j) Cumprir e fiscalizar o cumprimento da legislação de transparência e o registro no SICONV dos inadimplentes.

Goiânia, 24 de novembro de 2017.



Poesia, preocupação e esperança



Escritor moçambicano, Mia Couto fez a palestra de abertura do encontro em Goiânia

Com uma mensagem de preocupação, mas de confiança no futuro do Brasil, o escritor moçambicano Mia Couto proferiu a conferência de abertura do 29º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil. Considerado um dos mais influentes escritores de língua portuguesa, Mia citou o símbolo do evento, o ipê, como uma metáfora da própria vida, por sua resistência às adversidades.

Ele elogiou a escolha de um escritor para falar no evento. “Os tribunais de contas já conhecem os seus desafios e os caminhos a trilhar e para isso promovem encontros como este, reforçando o debate interno. E fazem bem ao buscar caminhos ainda mais produtivos, saindo de suas paredes ao incluir na discussão pessoas como

eu, que aparentemente não tem nada a ver com o controle. É um investimento para superar a adversidade”.

O moçambicano disse sentir-se brasileiro, dizendo que sua infância foi povoada pelas canções e poemas do país, citando autores nacionais diversos, inclusive a goiana Cora Coralina. Ele ressaltou a influência do Brasil e do que acontece no país para a construção de diferentes identidades ao redor do mundo. “O brasileiro não se dá conta dessa liderança e, com isso desconhece o que se passa nesses países irmãos, inclusive nos da África. Não sabe sequer a África que tem dentro de si”, disse.

Politizado, Mia fez questão de destacar as enormes desigualdades sociais, dificuldades econômicas e

discriminação racial e social vivenciadas na atualidade. “Apesar de tudo, o Brasil produz em mim um poder de sedução que só tem uma explicação: os brasileiros”. Para ele, o brasileiro é um ser solidário, com aptidão para construir diálogos, capacidade de transformar tudo em humor e de produzir histórias de vida.

Mia confessou que tem medo quanto ao que está acontecendo no Brasil diante da crise econômica e política, citando como pior consequência a divisão das pessoas em polos distintos. “O que era diverso passou a ser antagônico, o que era conversa passou a ser divergência”, constatou.

Sobre a corrupção, ele analisa que “quando ninguém é inocente,

deixa-se de ver irregularidades, deixa-se de ver crimes e banaliza-se a corrupção”. Quanto às investigações que estão ocorrendo, o escritor não poupa críticas: “o que era para ser um processo legal virou um espetáculo”.

Mia alertou para o perigo do discurso de que há uma crise apocalíptica, irremediável. “Esse é um caminho para quem incentiva o surgimento de um ‘salvador’ e que preconiza um regime de exceção para dispensar a democracia”.

Mia Couto é o pseudônimo de António Emílio Leite Couto, um dos principais autores de língua portuguesa da atualidade, vencedor de diversos prêmios literários, incluindo o Camões e o Neustadt, considerado o Nobel americano.

Um dos palestrantes mais requisitados do Brasil, Leandro Karnal abordou o tema "Corrupção"



Leandro Karnal

faz análise histórica sobre a corrupção no Brasil

Uma plateia lotada ouviu atentamente o historiador e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Leandro Karnal no último dia do 29º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil. O historiador, que é um dos palestrantes mais requisitados do País, discorreu sobre as questões estruturais que regem a ética e a moral da administração pública.

Ao falar da corrupção como algo socialmente aceito no Brasil, Karnal viajou ao século XV. “A corrupção é uma característica colonial”, afirmou. E especificou, com detalhes, a trajetória de desvirtuação ética que presenciamos. “O atestado falso que entregamos na escola dos nossos filhos é o mesmo que acabou com a maior petrolífera do país”.

Durante toda a palestra, ele destacou a importância do império da lei. “A vida com ética é sustentável. Estar inteiramente dentro da lei torna a vida fácil, des preocupada,

saudável”, declarou. “Você pode enganar a poucos por algum tempo e enganar muitos por muito tempo, mas jamais conseguirá enganar a todos por todo o tempo”, citou, ao comentar a onda de prisões de nomes importantes da política brasileira. “Nunca na história deste país se viu nomes tão grandes indo para a cadeia. E isso é bom. Isso é muito bom”, comentou.

Sobre os escândalos envolvendo dinheiro público, Karnal demonstrou preocupação. “O roubo do dinheiro público é o crime mais grave que se pode cometer. Pois, quando roubo de uma empresa privada, prejudico a um dono, respondo ao código penal e vou pagar pelo meu crime. Mas quando roubo de uma empresa pública, eu estou roubando de todos. Isso é ainda mais grave”.

O palestrante realçou a importância de se ter políticos preocupados com o desenvolvimento social

do país, em acabar com a taxa de analfabetismo, cuidar da saúde e da sustentabilidade. “Há décadas somos reféns de políticos preocupados com apenas três coisas: reeleger-se, eleger um sucessor e escapar da cadeia. E vemos cada um executá-las com graus de eficácia diferentes, não é mesmo?!”, satirizou.

O professor usou o discurso para evidenciar a necessidade que o país tem em investir em políticas que priorizem a educação. Durante sua argumentação, usou o exemplo da Coreia do Sul. “No início do século, esse país era, assim como nós, de terceiro mundo, com taxas de analfabetismo altíssimas. No fim da década de 1990, a Coreia se transformou em uma potência de primeiro mundo. Por quê? Porque em um determinado momento, decidiram investir 50% do PIB (Produto Interno Bruto) na educação. Pronto. Foi preciso apenas uma geração para que virasse o

que é hoje”, explicou. O historiador evidenciou que isso só será possível quando conseguirmos políticos que pensam e planejam ações futuras.

Karnal contou que sonha com o dia em que escândalos com dinheiro do governo e corrupção na administração pública sejam casos raros, esporádicos. “Há dois anos, um empreiteiro disse, sem nenhum pudor, ‘no Brasil, sem fraudar a licitação, não se engue um muro’, que essa frase fique para trás, a ser estudada pelos nossos filhos e netos como um ato do passado”. Finalizando, delimitou o que espera para a gestão de nosso país. “Que a corrupção não seja a norma, a estrutura, a regra orgânica, a prática. É a luta que reúne a mim, a vocês da auditoria pública e a todos que sonham com um país diferente e mais justo, onde nunca atingiremos o paraíso, mas pelo menos não garantiremos o inferno”, concluiu.



Lançado Portal para estimular pequenos empreendedores

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (Sebrae/RN) lançaram o Portal Licita Fácil RN, que disponibiliza aos pequenos e microempreendedores os editais de licitações em curso no Estado. O objetivo é estimular o desenvolvimento do setor no RN.

Participaram do lançamento o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, o diretor da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, o superintendente do Sebrae, Zeca Melo, o presidente da Federação dos Municípios do RN, Benes Leocádio, além de outras autoridades e representantes do setor produtivo do Estado.

O diretor da Escola de Contas, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, destacou a importância das micro e pequenas empresas para a

economia potiguar. “Quando se prestigia a micro e pequena empresa está se prestigiando o maior gerador de empregos do Estado”, disse o conselheiro, que coordena o mesmo projeto a nível nacional através Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).

O presidente do TCE por sua vez ressaltou que a Corte de Contas, por entender a importância do setor para o Estado, priorizou a criação do Portal, que utiliza a base de dados do TCE acerca das licitações em curso para informar aos empreendedores oportunidades de negócio. “Nós decidimos priorizar a criação do Portal, através da Diretoria de Informática, por entender a grande importância do microempreendedor para o Estado”, afirmou.

De acordo com o superintendente do Sebrae, Zeca Melo, há cerca de 160 mil empresas optantes

do Simples Nacional no RN, o que representa 95% de toda a iniciativa privada existente no Estado. Dois terços dessas empresas estão nas 10 maiores cidades potiguares, principalmente Natal, Parnamirim e Mossoró. Em sua maioria, são revendedores de roupas, mercadinhos, salões de beleza e lanchonetes. “Queremos que o microempresário que tem uma padaria, uma oficina, possa fornecer produtos e serviços para as prefeituras da região e possam ter acesso a esse grande mercado”, apontou.

O Portal Licita Fácil RN pode ser acessado através do link: <http://licitafacil.tce.rn.gov.br>. É possível consultar as licitações em curso, cadastrar-se para receber atualizações acerca de novos certames em prefeituras, câmaras municipais, Governo do Estado, etc, entre outras funcionalidades.

Um marco no combate à corrupção

Na semana em que o mundo direciona o olhar sobre o desvio de recursos públicos e outras mazes da sociedade, em virtude do Dia Internacional Contra a Corrupção, comemorado dia 9 de dezembro, no Rio Grande do Norte a data foi antecipada com a realização de palestras, homenagem a personalidades e celebração dos dez anos de atuação do Movimento Articulado de Combate a Corrupção – MARCCO/RN. O evento foi realizado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União em parceria com o Tribunal de Contas, entre outras instituições.

Coordenador do Marcco, o auditor do TCE, Antônio Ed Souza Santana apresentou, na abertura do encontro, o tom dos discursos que viriam a seguir: “Há muito ainda a ser feito, mas não há como negar os avanços ocorridos nos últimos dez anos”, enfatizou, lembrando que a corrupção é a grande causa que mina o desenvolvimento, ao ponto da Organização das Nações Unidas defender a mudança do status dos atos de corrupção para “crimes contra a humanidade”. Somente no Brasil, de acordo com pesquisa da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, perde-se anualmente em torno de R\$ 200 bilhões com a corrupção no País.

“A corrupção é a maior chaga de nosso país”, definiu, logo em seguida, o superintendente da Controladoria Geral da União, Marcelo Borges de Souza, informando que do que é investigado pela CGU, 70% é da área da saúde e de educação, “órgãos que tem, recursos”. O resultado disso pode ser visto na falta de merenda e remédios e na deficiência do transporte escolar e acentuou: a corrupção está presente não somente na “lava

jato”, envolvendo milhões, mas também em pequenos atos, no dia a dia, quando não se respeita filas, ou se adquire produtos falsificados.

A primeira palestra do dia ficou a cargo de Márlon Reis, que foi o idealizador da Lei da Ficha Limpa e falou sobre o impacto que isto ocasionou no combate a corrupção. Foram centenas de políticos levados a condição de inelegibilidade por conta de irregularidades tais como abuso de poder econômico e intimidação, num processo que apenas foi iniciado. “Nós começamos, estamos virando gente grande aos poucos”, disse. Autor do livro “Nobre Deputado”, em que narra como políticos conseguem dinheiro e transformam em votos, em compras de lideranças, que teve grande repercussão no Congresso, disse que o grande problema são os prefeitos das pequenas cidades que centralizam tudo em suas mãos, é o chefe político e o ordenador de despesa ao mesmo tempo. “Hoje, observamos que as práticas são as mesmas, mas vemos as instituições de controle agindo, além de uma mobilização da sociedade utilizando mídias sociais que consegue resultados”.

Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon, o conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco, Valdecir Pascoal, destacou as mudanças e avanços que vem ocorrendo nas cortes de contas de todo o país, “Não dá nem para comparar”, enfatizou, lembrando ações de controle preventivo e a adoção de medidas cautelares e a defesa da aprovação da PEC 22/2017, que propõe a criação do Conselho Nacional dos TCs, “que vai trabalhar questões éticas, de disciplina e desempenho dos tribunais”; mudança nas regras de composição

dos tribunais, “defendemos que a maioria dos membros dos colegiados sejam de natureza técnica” e o estabelecimento da Lei Nacional do processo de Controle Externo.

Por fim, o jurista e professor Luiz Flávio Gomes falou sobre o movimento “Quero um Brasil Ético”, defendendo um novo jeito de

fazer política. “O problema é cultural. É preciso criar uma bancada no Congresso que tenha como marca a moralidade e a ética”, disse, informando que está havendo uma mobilização em todos os estados buscando perfis para disputar os cargos nas próximas eleições, criando a partir daí uma nova cultura.

HOMENAGEM



Coordenador do Marcco, Antônio Ed é auditor do TCE/RN

Na ocasião, foram homenageados com placas de reconhecimento o sr. Ricardo Wagner de Souza Alcântara, procurador da Fazenda Nacional, integrante da OAB e professor da UFRN, que teve uma participação decisiva no início do Marcco. Em decorrência de estar cursando doutorado em São Paulo, não pôde comparecer; e o juiz Francisco Eduardo Guimarães Farias, magistrado com atuação marcante no combate a corrupção. “É preciso coragem, as vezes enfrentamos desafios dentro da própria instituição de trabalho. Os poucos que fazem precisam deste tipo de reconhecimento para continuar o trabalho”, disse. A técnica do TCE Joana Barreto Também teve seu trabalho reconhecido em prol do Marcco.



Novos desafios para os Tribunais

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), Antônio Gilberto de Oliveira Jales, integra a nova diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) para o biênio 2018-2019. A chapa foi eleita em Assembleia Geral, durante o XXIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, e tem como presidente o conselheiro paraibano Fábio Nogueira. Ele substituirá, a partir de fevereiro, o atual presidente Valdecir Pascoal, e será o 8º presidente da história da entidade.

Gilberto Jales, que na atual gestão já compõe a Diretoria de Corregedorias e Ouvidorias, vai integrar a Diretoria da Vice-Presidência de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos. Além do presidente, também estiveram presente à Assembleia Geral que elegeu a nova composição os conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves e Adélia Sales, além dos auditores Marco

Montenegro e Antonio Ed Souza Santana. Paulo Roberto também integra a atual gestão, na Diretoria de Legislação.

Presidente eleito, Fábio Nogueira definiu o processo sucessório com chapa única como um sinal de maturidade da Atricon. “A conjunção de forças e iniciativas que de mim fizeram candidato único à presidência de uma instituição imprescindível à vida nacional diz bem da nossa caminhada, em uníssono, para um País melhor, mais digno e mais justo”, afirmou. “O que anima as mulheres e homens agora responsáveis pela nossa condução é o desejo de bem servir”, assinalou.

CURRÍCULO – Formado em Ciências Jurídicas pela Universidade Estadual da Paraíba, o conselheiro Fábio Túlio Nogueira ingressou no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) como conselheiro em maio de 2006. Foi presidente do Tribunal de Contas de 2013 a 2014.



Presidente do TCE, Gilberto Jales, integra diretoria eleita da Atricon



CONFIRA ABAIXO A CHAPA COMPLETA

Presidência

Fábio Túlio Filgueiras Nogueira – TCE-PB

Vice-Presidência de Relações Político-Institucionais

Antonio Renato Alves Rainha – TC-DF

Diretoria

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis – TCE-SP

Manoel Pires dos Santos – TCE-TO

Marcos Coelho Loreto – TCE-PE

Waldir Neves Barbosa – TCE-MS

Vice-Presidência de Relações Jurídico-Institucionais

Weder de Oliveira – Ministro Substituto do TCU

Diretoria

Clóvis Barbosa de Melo – TCE-SE

Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho – TCE-GO

José de Ribamar Caldas Furtado – TCE-MA

Marianna Montebello Willeman – TCE-RJ

Vice-Presidência de Desenvolvimento do Controle Externo

Sebastião Carlos Ranna de Macedo – TCE-ES

Diretoria

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior – TCE-SC

Cláudio Couto Terrão – TCE-MG

Jaylson Fabianh Lopes Campelo – TCE-PI

Soraia Thomaz Dias Victor – TCE-CE

Vice-Presidência de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos

Paulo Curi Neto – TCE-RO

Diretoria

Antonio Gilberto de Oliveira Jales – TCE-RN

Luis Henrique Moraes Lima – TCE-MT

Milene Dias da Cunha – TCE-PA

Sebastião Cezar Leão Colares – TCM-PA

Vice-Presidência de Relações Internacionais

Dimas Eduardo Ramalho – TCE-SP

Diretoria

Joaquim Alves de Castro Neto – TCM-GO

Marco Antonio Lopes Peixoto – TCE-RS

Marcus Vinicius de Barros Presídio – TCE-BA

Otávio Lessa de Geraldo Santos – TCE-AL

Conselho Fiscal

Titulares

Felipe Galvão Puccioni – TCM-RJ

Mário Manoel Coelho de Melo – TCE-AM

Plínio Carneiro da Silva Filho – TCM-BA

Suplentes

Antonio Fernando Jorge Ribeiro de Carvalho Malheiro – TCE-AC

Manoel Dantas Dias – TCE-RR

Pedro Aurélio Penha Tavares – TCE-AP